

Identities in Dispute: conflicts and representations in the First Republic (1917-1919)

César Augusto B. Queirós^{1*}

Resumo: Este artigo procura analisar o processo de construção das identidades operárias durante as greves ocorridas no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, mais especificamente entre os anos de 1917 e 1919. Considerando a questão da heterogeneidade da classe operária e de sua postura no decorrer dos movimentos paredistas, busca analisar a luta de classificações que acontecia entre as associações operárias e seus interlocutores preferenciais – Estado e patronato.

Palavras-Chave: Identidades, Classe Operária, Greves

Abstract: This article tries to analyse the process of construction of the working identities during the strikes occurred in Rio Grande do Sul during the First Republic, more specifically between the years of 1917 and 1919. Considering the question of the heterogeneity of the working class and his posture in the course of the striking movements, it looks to analyse the struggle of classifications that was happening between the working associations and his main interlocutors – State and patronage.

Key-words: Identities, Working Class, Strikes

* * *

Conflitos. Identidades. Rivalidades. Os momentos de ascenso mobilizatório das classes trabalhadoras estão repletos de disputas que não se limitam às questões meramente econômicas – como ganhos salariais e melhora das condições de vida e trabalho. Estão, também, permeados por uma série de lutas simbólicas nas quais os lados envolvidos procuram respaldar e legitimar suas posições através de uma verdadeira disputa simbólica pela explicação do real. A confrontação de posições antagônicas nestes momentos resulta

¹ Doutorando em História PPGH/UFRGS.

em rivalidades, em desavenças entre os membros da classe, em disputa pelas posições de liderança de suas associações, na emulação pela legitimidade de seus princípios e classificações sobre o real. Neste sentido, elites e operários digladiavam-se em uma confrontação simbólica na qual procuravam desqualificar a postura de seu contendor perante o governo e a opinião pública, enunciando visões de mundo e promovendo construções identitárias entre os envolvidos.

Assim, neste artigo, pretendo analisar os conflitos e as identidades construídas pelos e para os operários porto-alegrenses entre os anos de 1917 e 1919. Contudo, antes de iniciar a abordar os elementos constitutivos do que poder-se-ia chamar de uma identidade operária, deve-se ressaltar para sua natureza heterogênea e multifacetada, em função de constituir-se de elementos variados tanto no que concerne ao gênero, etnia e religião quanto a aspectos como preferências pessoais e políticas. Dito isto, atenta-se para o fato de que a dita cultura popular é intensamente marcada pela oralidade, fazendo com que os historiadores precisem “servir-se de fontes escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante. Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos do passado chegam até nós através de filtros e **intermediários** que os deformam”².

As fontes escritas que chegam ao alcance do pesquisador são mediadas por pessoas mais ou menos ligadas à cultura dominante e a grande maioria dos operários e camponeses não nos deixa nenhum registro escrito, uma vez que “as maiorias sem linguagem articulada, por definição, deixam pouco registro de seus pensamentos”³. Isso conduz o historiador a trilhar o caminho que suas fontes permitem, ou seja, o caminho que leva ao movimento operário organizado, institucionalizado, ao mundo dos sindicatos, dos partidos, das federações e de seus líderes. Esta abordagem acaba por privilegiar um grupo restrito dentro da classe operária – o de suas lideranças – o que pode induzir o historiador a incorrer em generalizações como a de tomar o conjunto da classe apenas por intermédio de seus líderes. Conforme Silva Jr., “as lideranças operárias, mesmo as anarquistas, estão também ‘*em cima*’ – onde, como de costume, os pesquisadores colocam apenas a classe dominante e/ou

² GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 18.

³ THOMPSON, E.. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987. vol. I, p. 57.

o Estado”⁴. O autor salienta que “o sindicato não é simplesmente uma associação, mas uma associação de dominação, e que sua legitimidade não é somente aferida por sua penetração na categoria, mas também pela capacidade de obter obediência às ordens produzidas”⁵. E para obter esta atitude de obediência, acaba usando de mecanismos e estratégias punitivas e coercitivas a fim de fazer valer a sua posição. Esta concepção induz a uma apropriação estática das relações de produção e proporciona uma ‘política de substituição’ na qual a classe é substituída por suas lideranças, uma “vanguardia que sabe mejor que la clase misma cuáles deben ser los verdaderos intereses (y conciencia) de ésta”⁶, considerando o ato de aderir à greve como algo automático, natural.

Hobsbawm observa que “a história operária tendeu a identificar-se com a história dos movimentos operários, se não até com a história da ideologia desses movimentos”⁷ e faz o alerta de que “o mundo dos militantes e dos líderes e ideólogos nacionais não era o mesmo mundo da maioria”⁸, apontando para o risco de se tomar a classe como um todo homogêneo e para possíveis conclusões generalizantes. É necessário que se observe que a expressão escrita nos jornais operários é restrita a uma pequena minoria de líderes e que um grande número de operários sequer participa de sindicatos e associações. Não há também uma militância homogênea: existem líderes, militantes e operários que só aparecem nos momentos de afluxo da organização operária.

Portanto, em volta de um núcleo central composto nas diversas associações por uma restrita militância operária – que Hoggart ironicamente definiu como uma “minoría interessada” ou uma “minoría dos salvadores”⁹ – gira um corpo de trabalhadores “flutuantes”, que não toma parte das decisões políticas das associações, não escreve em suas publicações e só põe em prática seu engajamento nos momentos de afluxo do

⁴ SILVA JR., Adhemar Lourenço da Silva Jr. Contribuição a uma história dos “de baixo” do sindicalismo. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUC-RS, jul/1995. V. XXI. n.º 1. p. 79.

⁵ SILVA JR., Adhemar Lourenço da. “Povo! Trabalhadores!: tumultos e movimento operário. In: ÁVILA, Maria de Fátima (org.). *Porto Alegre: Dissertações e Teses*. Unidade Editorial Porto Alegre: Porto Alegre, 1996. Cadernos Ponto & Vírgula 13. p. 44.

⁶ THOMPSON, Edward P.. *Lucha de clases sin clases?*. In: *Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979. p. 35.

⁷ HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. 2ªed, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988. p. 18.

⁸ Idem, 253.

⁹ HOGGART, Richard. *As Utilizações da Cultura*. Lisboa: Editorial Presença, 1973. vol. II. p. 192 e 197.

movimento operário. Definem-se por oposição dois grandes grupos no seio da classe operária: de um lado, os operários militantes ou que nos momentos de ascenso mobilizatório integravam os movimentos grevistas; e, de outro, os operários que se recusavam a aderir às greves, uma legião de trabalhadores que não se envolviam com os sindicatos ou associações, que não participavam das paredes e que deixavam poucos registros escritos. Quanto maior o número de trabalhadores que não cessam o trabalho, menor será o poder de negociação dos sindicatos e seus delegados. Para Bourdieu, “uma das sutilezas da relação de força dominantes/dominados é que nesta luta, os dominantes podem utilizar a luta que ocorre entre os dominados”¹⁰.

Chalhoub já apontara para uma diferença explícita entre duas concepções sobre a relação patrão e empregado pois, enquanto uma parcela da classe operária se identifica claramente com a defesa dos interesses do patronato, outro segmento da classe revela “uma consciência nítida de que os interesses dos patrões não são os seus”¹¹. A coexistência destas duas visões de mundo no ambiente laboral acaba por provocar uma nítida “controvérsia entre trabalhadores que percebem a relação patrão-empregado basicamente como uma relação de cooperação paternalista, e aqueles que a concebem como uma relação conflituosa”¹², criando, assim, uma cisão no seio da classe operária, uma cicatriz que a divide em dois grupos nitidamente antagônicos. Contudo, é evidente que a não adesão de uma parcela considerável dos operários às greves não se explica somente por uma visão de mundo que compreende a relação patrão-empregado como uma ‘relação de cooperação paternalista’.

Neste sentido, é necessário que se proceda uma reflexão acerca da natureza do militante operário. Por que razões uma parcela da classe adere às greves, associa-se aos sindicatos exerce uma militância efetiva enquanto os demais operários permanecem indiferentes a tudo isso? Que motivos teriam esses operários para entrar em greve apesar dos custos inerentes a tal engajamento? Por que, a despeito de tudo, tais trabalhadores

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. A Greve e a ação política. In: _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 199.

¹¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.105.

¹² CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., 1986. p. 107.

aderiam às greves e associavam-se aos sindicatos quando seria muito mais cômodo manter-se afastados e indiferentes? O “curso racional de ação [...] seria agir independentemente, ficar de braços cruzados e aproveitar os benefícios gerados pela ação de outras pessoas”¹³. Essa postura pouparia o indivíduo dos custos do engajamento ao mesmo tempo em que ele usufruiria, do mesmo modo, as retribuições materiais conquistadas por outros uma vez que “você já é um membro do sindicato que está negociando um acordo que trará maiores salários para você, mesmo que você não entre em greve [...]”¹⁴.

O resultado da ação coletiva é apenas um elemento a ser considerado neste contexto uma vez que, como afirma Hirschman, lutar pelo bem público “não pode ser separado claramente de possuí-lo”¹⁵. A luta política em torno de uma causa constitui-se por si só em um benefício, uma conversão de signos na qual o que normalmente seria um custo torna-se uma experiência agradável, uma “felicidade pela busca”, uma satisfação decorrente de um pertencimento, de uma pertinência a um grupo onde ocorre uma transformação dos meios – a participação, o uso do que Hirschman chama de “voz” – em um fim em si mesmo¹⁶. A participação no movimento grevista possui, portanto, “um valor simbólico” e cria uma identificação entre seus participantes, construindo uma identidade. Essa pertinência torna-se um resultado da ação, uma retribuição imaterial da ação coletiva, e é uma espécie de confirmação de identidade grevista. Segundo Pizzorno, “a participação nessa ação, e não o resultado dela, é necessária para confirmar sua identidade coletiva e a renovada eficácia do círculo de pessoas no âmbito do qual você pode continuar a agir, assim como continuar a ser visto como a mesma pessoa”¹⁷.

Esta identidade, contudo, pode ou não ser desejada como tal por seus participantes uma vez que a identidade coletiva não é um objetivo que a pessoa tenha procurado conscientemente alcançar, mas é solidificada ao longo do processo da ação conjunta entre

¹³ PIZZORNO, Alexandre. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da “escolha racional”. In: FOXLEY, A., McPHERSON, M. e O'DONNELL, G. (Org.). *Desenvolvimento e Política e Aspirações Sociais: o pensamento de Albert Hirschman*. São Paulo: Vértice, Editora da Revista dos Tribunais. P. 372.

¹⁴ PIZZORNO, Op. Cit. P. 374.

¹⁵ HIRSCHMAN, Albert. *De la Economía a la Política y más allá*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984. p. 272.

¹⁶ HIRSCHMAN, A.. Op. Cit., p. 274.

¹⁷ PIZZORNO, Op. Cit. P. 373.

as partes envolvidas e cria uma distinção identitária através de seus “efeitos de agregação”. Mendes salienta que “o indivíduo forma sua identidade não da reprodução pelo idêntico oriunda da socialização familiar, do grupo de amigos, etc., mas sim do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização”¹⁸. Assim, “a formação da identidade modifica o agente individual. É o resultado de um processo que, ao mesmo tempo, dá origem ao sistema de reconhecimento dessa identidade e que, portanto, possui significado para o agente, bem como para o observador”¹⁹. É claro que essa divisão é muito flexível e imprecisa, uma vez que um operário pode optar por aderir à greve no curso da mesma ou voltar ao trabalho antes do término da greve ou mesmo aderir em uma ocasião e não participar na seguinte.

Na emergência dos conflitos sociais, a postura de uma parte dos trabalhadores de não aderirem às greves engendra uma nítida distinção entre “nós” e “eles”, a construção de duas identidades antipodais instrumentalizadas no processo de luta de classes para servir como meio legitimador e mobilizador da ação. Reúnem-se, dos dois lados, qualidades e defeitos, características constituintes dos dois grupos em questão, configurando uma disputa pela construção das identidades.

a) **Carneiros e Paredistas: uma ambivalência intra-classe**

É necessário considerar que a greve só faz sentido enquanto um instrumento de luta política e/ou econômica quando “a re-situamos no campo das lutas do trabalho, estrutura objetiva das relações de força definida pela luta entre trabalhadores, de quem ela constitui a principal arma, e empregadores, juntamente com um terceiro ator – que talvez não seja um – o Estado”²⁰. Entretanto, uma significativa parcela dos operários opta pela não participação nos movimentos grevistas, colocando em risco as possibilidades de sucesso do mesmo. Esta posição de não adesão por parte de um segmento da classe reforça e confere uma certa legitimidade ao patronato ao mesmo tempo em que enfraquece a posição dos

¹⁸ MENDES, José Manuel Oliveira. O Desafio das Identidades. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 504.

¹⁹ Idem, p. 375

²⁰ BOURDIEU, Pierre. A Greve e a Ação Política. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 195.

grevistas e representando uma forte ameaça aos interesses dos mesmos. Quanto maior o número de trabalhadores que não cessam o trabalho, menor será o poder de negociação dos sindicatos e de seus delegados. A continuidade do trabalho por parte de um grupo de operários representava um risco que ameaça os êxitos do movimento paredista e essa situação acarretava um antagonismo, um conflito de interesses, que fazia com que companheiros de trabalho se vissem em posições distintas, opondo-se diametralmente. Antes colegas de trabalho e agora rivais, encontravam-se e acabavam levando suas diferenças para fora da esfera em que elas foram produzidas.

Torna-se necessário, pois, para o sucesso do movimento, que estes trabalhadores sejam convencidos/impedidos de continuar o serviço do mesmo modo que constrói-se imagens e representações que visavam mobilizar e incentivar os grevistas, conferindo a eles qualidades distintivas, de honra e dignidade, a fim de estabelecer uma coesão simbólica ao grupo, um sentimento de pertencimento. Essas imagens e representações eram instrumentalizadas com esse objetivo: incentivar os grevistas a permanecer na luta e coagir e constranger os operários que continuavam a trabalhar e que eram taxados de covardes, carneiros e bêbados. Essas representações contraditórias e antagônicas acabavam por constituir uma “luta de classificações como luta propriamente simbólica (e política) para impor uma visão do mundo social ou, melhor, uma maneira de construí-la, na percepção e na realidade.”²¹ Através destas representações, os grevistas reafirmavam sua posição e construíam uma identidade diferente daquela dos que não aderiam às greves, reivindicando uma distinção moral sobre aqueles a quem chamavam de traidores, covardes, canalhas e cachaceiros. Neste sentido, a greve exercia o papel de “um instrumento de violência real que tem efeitos simbólicos através da manifestação, da afirmação da **coesão do grupo**, da ruptura coletiva com a ordem que ela produz”²².

Percebe-se, então, que este grupo de trabalhadores que não participava das greves passava a ser alvo de uma série de classificações identitárias na imprensa operária e mesmo na relação cotidiana com os operários grevistas, sendo motivo de escárnio, chacota e desprezo por parte dos últimos. A existência de operários dispostos a trabalhar mesmo em

²¹ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Campinas: Papirus, 1997. p. 26.

²² BOURDIEU, Op. Cit. 1983. p. 201.

uma ocasião de parede, da qual eles poderiam se beneficiar, era vista pelos grevistas como uma ameaça ao sucesso do movimento e como uma traição. “Furar uma greve era considerado pela esmagadora maioria dos trabalhadores um ato desonroso, covarde deslealdade que deveria ser punida com escárnio e severidade”²³. Diversas classificações pejorativas eram atribuídas a esses operários – o constrangimento moral tornava-se, além de elemento constituinte da identidade do outro, um recurso utilizado pelos grevistas para coagir esses trabalhadores a aderirem à greve. Uma das formas de constranger moralmente os operários não grevistas, denegrindo sua imagem, era acusando-os de beber demais. Um exemplo representativo das classificações pejorativas utilizadas pelos grevistas para deslegitimar a posição dos operários que não aderiam às greves e para impor-lhes uma identidade antagônica é a *Canção dos ‘Fura-Greves’* ou *Hino dos ‘Carneiros’*, publicada em *O Syndicalista*²⁴ durante a greve de 1919²⁵. Nesta canção, a atribuição de epítetos pejorativos aos trabalhadores que não aderiam às greves é a tônica. Além de chamá-los de “canalhas” e “merecedores de desprezo e ódio gerais”, observa-se que se tenta atribuir aos não grevistas a pecha de bêbados, fazendo assim uma condenação ao uso do álcool através da articulação entre o consumo deste tipo de bebida e a falta de caráter e hombridade, expressa na traição aos companheiros de classe. Assim, é criada uma nítida distinção moral entre os operários grevistas – portadores de uma postura irrepreensível em termos éticos e morais, sem vícios como o álcool e o jogo – e os que adotavam uma posição de meros “espectadores mudos e inconscientes” que agiam como uma “**roda inconsciente** do mecanismo social que os outros movem”²⁶, que estariam tomados pelo vício do álcool.

Entretanto, Batalha salienta que “salta aos olhos de qualquer observador o contraste entre uma postura puritana de condenação do álcool [...] de uma parte da militância e as formas de lazer da maioria dos trabalhadores”²⁷. Percebe-se que este discurso puritano não se sustenta na prática e um operário grevista não se distingue tanto de

²³SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Unicamp, 2003. p. 139.

²⁴ *O Syndicalista*. Porto Alegre: 03/09/1919. nº7. p. 04.

²⁵ Esta canção está publicada em QUEIRÓS, César Augusto. *O Positivismo e a Questão Social na Primeira República (1895-1919)*. Guarapari: Ex Libris, 2006.

²⁶ *O Syndicalista*. Porto Alegre: 1º/04/1919. nº 1, Anno I. p. 1.

²⁷ BATALHA. Op. Cit. 1997. p. 92.

um trabalhador não engajado no que se refere aos hábitos de lazer e à vida cotidiana. Para Aravanis, o consumo de bebidas alcoólicas era um fator real no meio operário, inclusive entre a parcela militante e mesmo nas festas promovidas pelas entidades de resistência seu consumo se faz presente²⁸. O consumo de álcool era tão presente no universo operário que, em alguns locais de trabalho havia bares que vendiam bebidas alcoólicas. O consumo de álcool pelos operários durante o expediente de trabalho chegou a despertar a preocupação dos patrões que enviaram uma proposta de regimento fabril para o ‘Sindicato dos Marceneiros e Classes Anexas’ no qual se tornava proibida a sua ingestão durante o horário de expediente²⁹.

Para Thompson, esses bares – considerados “fortalezas de Satanás” – constituíam-se em “espaços autônomos de sociabilidade que, embora conflitivos e plurais, possibilitavam o desenvolvimento de fortes noções de coletividade e a formulação de valores diferenciados dos padrões oficiais”³⁰. Nestes espaços, forjavam-se noções de identidade, laços de solidariedade e se desenvolvia em parte o aprendizado e a experiência que apontavam para a formação de uma noção de classe. Tendo em vista a afirmação de que na “cultura do povo o boteco é um mundo”³¹, percebe-se que os operários grevistas também faziam parte deste mundo, a despeito da condenação ao ‘traguinho’ destacada na Canção dos ‘Fura-Greves’. A prática da apelidação pejorativa, além de ser um elemento constituinte da cultura de certos grupos operários, era utilizada também para moldar a identidade atribuída aos não grevistas, estabelecendo uma distinção moral entre “nós” e “eles”, sendo usada ainda como um recurso para coagir moralmente os trabalhadores a aderirem à parede. À atribuição de expressões como ‘canalhas’, ‘covardes’, ‘traidores’ e ‘sem brios’, somava-se a acusação de que os mesmos mostravam-se propensos a abusos do consumo de álcool.

b) Os Grevicultores e o Verdadeiro Operário

²⁸ Aravanis, Op. Cit. P. 188.

²⁹ Idem, p. 193.

³⁰ FORTES, Alexandre. "Miríades por toda a eternidade": a atualidade de E. P. Thompson. Tempo social. São Paulo, v. 18, n. 1, 2006.

³¹ CHAUI, Marilena. ‘Notas sobre Cultura Popular’. In: _____. *Cultura e Democracia*. 3ª ed., São Paulo: Moderna, 1982. Coleção Contemporânea. p. 68.

Do mesmo modo que os operários grevistas utilizavam-se de representações sociais e construções identitárias para criar uma distinção moral entre grevistas e não grevistas, seus interlocutores – os patrões e o Estado – estabeleciam um conjunto de classificações que visava deslegitimar a posição dos grevistas, condenando as paredes e elogiando a postura dos operários que continuavam seu serviço, pois esses seriam os ‘verdadeiros operários’. Sempre que eclodiam as greves, as autoridades que representavam o poder no Estado tratavam logo de desqualificar estes movimentos, atribuindo sua eclosão tão somente à “tácita e inconsciente submissão à influência de estrangeiros anarquistas”³² ou a um “simples espírito de imitação”³³ em relação aos demais movimentos que se espalhavam pelo país e pelo mundo sendo considerado o resultado do “desvario criminoso de elementos anarquistas, explorando a boa fé do **verdadeiro operariado**”³⁴. Verifica-se, então, uma nítida distinção entre os grevistas, que seriam elementos estrangeiros com idéias anarquistas que se aproveitavam e exploravam o operariado nacional, e o ‘verdadeiro operariado’, que não se metia em greves e que não se deixava influenciar por estes exploradores. O jornal *A Federação* tratava os paredistas como “grevicultores”³⁵, elementos “que procuram levedar e implantar no proletariado nacional a sua ação subversiva e perigosa. Tratam-se de anarquistas estrangeiros professos e confessos”³⁶.

Este periódico, além de criticar a atuação dos elementos estrangeiros no movimento sindical e de condenar “o delírio que se está apoderando das nossas classes operárias mal conduzidas pela espuma maximalista”, buscava ressaltar que não haveria motivos de reclamações pois “nossa pátria liberal e justiceira não reconhece privilégios nem encampa injustiças sociais”³⁷. Não existiriam aqui, portanto, condições que justificassem a eclosão de greves e protestos tendo em vista que, diferentemente do Velho Mundo, o operariado viveria em uma situação relativamente mais fácil. Outro periódico, *O Independente*,

³² - RELATÓRIO apresentado pelo Chefe de Polícia Interino Eurico de Souza Leão Lustosa ao Presidente do Estado Borges de Medeiros. 1920 / Biblioteca Pública do RS. P. 355-357.

³³ - RELATÓRIO apresentado Ao Exmo Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros pelo Dr. Protásio Alves em 30 de agosto de 1921.

³⁴ - MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembléia dos Representantes. Porto Alegre, 1920. p. 16.

³⁵ - O Fim de Greve. *A Federação*. Porto Alegre: 10/03/1911. p. 01.

³⁶ - Os Anarquistas e a Ação do Governo. *A Federação*. Porto Alegre: 26/03/1917. p.03.

³⁷ *A Federação*. Porto Alegre, 08/09/1919. p. 3.

aproveitando-se das agruras provocadas pela guerra, chegara a fazer, no decorrer da greve geral ocorrida em 1918 na cidade de Porto Alegre, um “apelo patriótico” aos operários para que não se deixassem influenciar “por espíritos anárquicos que talvez existam em seu seio”³⁸, elementos estrangeiros que defendiam “idéias baloufas geradas por cérebros ociosos, fora de senso, inimigos da estabilidade interna”³⁹. Apelando para o “civismo do operariado porto-alegrense” que, segundo o jornal, sentia um “grande amor por este torrão bendito”, o referido jornal orientava para que estes trabalhadores não se deixassem “imbuir de idéias anárquicas trazidas por inimigos de seus ideais e da pátria”⁴⁰. O fomento das greves foi atribuído novamente a elementos estrangeiros que exploravam a boa fé do operariado nacional. Ademais, o jornal aproveitando-se da conjuntura internacional marcada pela participação brasileira na guerra, acusava os grevistas de serem “camaleões, assalariados por mãos ocultas”, “inimigos do Brasil tomados do desejo de entravar a paz interna, levantando o nobre proletariado, para a sublevação da ordem”⁴¹. A greve geral era interpretada não como uma tentativa de minorar a carestia de vida mas sim como um complot internacional arquitetado pelos inimigos da nação, por agentes de uma “espionagem multiforme”⁴², para levar à ruína a concórdia entre o povo e o governo. Seria a greve uma conspiração internacional levada a cabo por agentes dos governos estrangeiros? Enfim, *O Independente* insinuava abertamente esta possibilidade, procurando suscitar a desconfiança e a dúvida sobre o operariado nacional já tão afetado pela guerra. A prática de atribuir a eclosão de tais fenômenos à influência do elemento imigrante não perpassava tão somente as autoridades gaúchas e é, segundo Pinheiro, um fenômeno nacional uma vez que “até quando se pode retroceder na história republicana [...] se pode constatar uma insistência do Estado e das classes dominantes em pretenderem se livrar dos maus elementos das classes

³⁸ O Independente. Porto Alegre, 1º/07/1918.

³⁹ O Independente. Porto Alegre, 03/07/1918.

⁴⁰ O Independente. Porto Alegre, 03/07/1918.

⁴¹ O Independente. Porto Alegre, 03/07/1918.

⁴² O Independente. Porto Alegre, 03/07/1918.

subalternas, em fazer desaparecer os elementos estranhos aos meios populares, naturalmente sadios”⁴³.

Para os grevistas, porém, a presença de estrangeiros no movimento era encarada como natural uma vez que o Brasil é um país em que o elemento imigrante das mais diversas nacionalidades estava presente em todos os setores da sociedade, inclusive entre os patrões. Para eles, “as manifestações operárias são deturpadas, mistificados os seus intuitos e não raro atribuídas a anarquistas estrangeiros e isso com o fim visível de torná-las antipáticas aos ignorantes e justificar as ferozes repressões a que sempre estão prontos a fazer os governos contra o trabalhador que reclama o seu direito e defende a sua vida”⁴⁴. Apesar de deturpado pelo governo e pela grande imprensa, o movimento era considerado legítimo e justificado pela precária condição e pela exploração a que estavam submetidos uma vez que “nenhuma colectividade obreira tenha declarado em algum tempo greve para luxo. Todos sabem que uma greve representa o **grito de agonia** em que se debate a classe operária”⁴⁵. Consideravam que, ao atribuir aos estrangeiros a responsabilidade pelas agitações sociais, os governantes estariam se utilizando de um artifício para justificar sua ação coercitiva.

Neste artigo, procurou-se analisar o processo de construção das identidades operárias durante as greves ocorridas no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, mais especificamente entre os anos de 1917 e 1919 quando ocorre um forte impulso no movimento organizatório da classe trabalhadora no estado. Destacou-se que a classe operária é constituída de modo bastante heterogêneo e que, nas ocasiões em que ocorriam os movimentos grevistas, a postura individual perante o mesmo determinava uma cisão no seio da classe, colocando frente a frente um grupo que aderiria às paredes e outro que – por não tomar parte do movimento – constituía uma ameaça a seu sucesso.

Assim, ocorria uma construção identitária instrumentalizada destes dois grupos, na qual os grevistas, através da imprensa operária, boletins, folhetos ou pilhérias, buscavam

⁴³ PINHEIRO, Paulo Sérgio. A gandaia e a repressão: piruetas de um chefe de polícia na Primeira República. *Almanaque: Cadernos de Literatura e Ensaios*. São Paulo: Brasiliense, 1979. n° 10. p. 61.

⁴⁴ - Aos Pedreiros e Ajudantes. Anexo 16.

⁴⁵ - A Voz da Razão – ao povo, aos soldados e operários. Manifesto da FORGS. 07/09/1919. Anexo 11 do Processo Crime 1016.

desqualificar os não grevistas e construir uma distinção moral para o operário que entrava na luta contra o capital, considerado corajoso e solidário – enquanto que o não grevista era tido como covarde, egoísta, traidor e bêbado. De outro lado, os interlocutores dos grevistas buscavam, do mesmo modo, deslegitimar sua posição e incentivar a permanência na labuta daqueles que não haviam aderido às greves dando-lhes uma demonstração de aprovação e apreço. Este jogo de identidades configura-se em uma disputa simbólica pela explicação do real a qual estabelece um confronto de significados e significâncias, de signos e sinais distintivos de uma mesma realidade na qual se instrumentalizam identidades e classificações a partir de estratégias para conseguir alcançar o êxito em cada um dos casos. Por fim, é a luta de classes levada ao plano do simbólico. Corajosos e covardes. Traidores e companheiros solidários. Estrangeiros e nacionais. Todos eles estavam – voluntária ou involuntariamente – tomando parte desta disputa, todos eles eram – de algum modo – “nós” e “eles”.